

Atual legislatura faz última sessão-teatro

Itamar Garcez

A farsa que o Congresso Nacional encenou ontem, ao aprovar por unanimidade o projeto de lei fixando uma nova política salarial, foi provavelmente a última dessa legislatura — o mandato de muitos parlamentares acaba no dia 31 de janeiro. Sintomaticamente, foram dois deputados em fim de mandato que denunciaram com mais veemência a atitude teatral dos parlamentares, numa sessão de quase duas horas. “Nós estamos fazendo um jogo de faz-de-conta. Estamos brincando ao aprovar um projeto no pressuposto de que ele vai valer”, alardeou o líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco, naufrago das urnas do Paraná, ao concorrer a vice-governador pelo seu partido. “Já está tudo acertado que sua excelência, o imperador Collor, vai vetar”, esbravejou o não-reeleito Lysâneas Maciel (PDT/RJ).

O palco armado ontem por um acordo dos líderes, e que tomou quase 120 minutos de pronunciamentos, foi cenário de uma votação sumaríssima, com menos de 30 segundos, previamente acertada. Sem muitos motivos para defender a Casa que, em breve, não será mais sua, Scalco resumiu o gesto dos parlamentares: “Acabamos de ratificar a farsa que foi votada”.

Gastone Righi (PTB-SP), que denunciou um “teatro do absurdo” — encenado por parlamentares dos quais 61% foram reprovados nas urnas —, teve o requinte de adiantar os vetos ao projeto que o presidente Fernando Collor fará, embora ainda não o tenha recebido. “Os artigos 5 e 6 vão ser mantidos. E todo o restante, vetado”, confirmou Scalco, em tom de apostador. Até o líder do PMDB (o maior partido do Congresso), o deputado gaúcho Ibsen Pinheiro, foi à tribuna colaborar com a última farsa do Congresso nessa legislatura. “Se o governo vetar, mais uma vez a Câmara vai derrubar o veto”, garantiu Pinheiro. Em seguida, ressaltou que não pode garantir a votação do Senado — casa onde tradicionalmente o governo mantém suas decisões.

O “teatro do absurdo” ficou exposto quando o deputado José Genoíno (PT/SP), que não guarda qualquer política com o líder do PMDB, acabou encenando uma análise semelhante a de seu colega. “Não podemos ficar nessa brincadeira. Aprovamos a lei salarial, o governo veta e, depois, o Senado segura o que a Câmara aprova em favor da sociedade”, resumiu Genoíno, numa sinopse da farsa.

Mais esdrúxula que absurda foi a intervenção do deputado Roberto Cardoso Alves (PTB/SP) que, entre uma despropositada defesa dos acusados do assassinato de Chico Mendes e a condenação da ausência do deputado Luis Inácio Lula da Silva (PT/SP), presente no julgamento em Xapuri (AC), foi ao palco defender a reindexação da economia. “É claro que isso vai realimentar a inflação, mas não tem sentido combater a inflação à custa do trabalhador”, justificou, esperando os aplausos — negados — dos militantes da Central Geral dos trabalhadores (CGT), que tomaram as galerias.

“É um acerto, quase uma encenação”, debatia-se Roberto Freire (PCB/PE), entre o inconformismo e a resignação. O “absurdo” teve no pronunciamento do líder do governo, deputado Humberto Souto (PFL/MG), que defendeu a medida provisória derrubada, um dos atos principais. O discurso de perdedor era, na verdade, o agouro do único vitorioso: o governo Collor. “Teremos, em maio, uma hiperinflação catastrófica”, previu Souto, justificando antecipadamente o veto presidencial.